

DESIGUALDADES DE GÊNERO EM SINDICATOS DOCENTES

MÁRCIA CRISTIANE VÖLZ KLUMB CORONEL¹; MÁRCIA ONDINA VIEIRA
FERREIRA²

¹Universidade Federal de Pelotas - Faculdade de Educação - marciavolz@yahoo.com.br;

²Universidade Federal de Pelotas - Faculdade de Educação - marciaondina@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

Na literatura sobre sindicato não é raro nos depararmos com autores/as que apontam para a predominância de uma cultura masculina como uma das características desta instituição (BLASS, 1994 *apud* VIANNA, 1999; HUMPHREY, 1983). Quanto à própria participação das mulheres nestas entidades, destaca-se que, por longo tempo, prevaleceu na história do sindicalismo europeu, a ideologia de que se tratava de uma intromissão feminina indevida numa esfera que não a sua (GUILBERT, 1966 *apud* SOUZA-LOBO, 1991).

Os estudos de gênero, por sua vez, trouxeram importantes contribuições ao possibilitar análises que identificassem os problemas e as desigualdades enfrentadas pelas mulheres sindicalistas mesmo após uma maior abertura de espaço institucional para o público feminino. Neste sentido, serve como um bom exemplo a investigação de Mary Castro (1995) que, ao tratar do gênero no sindicato identificou uma das formas pelas quais as mulheres poderiam sofrer exclusão do aparato decisório dos sindicatos: a falta de domínio das tecnologias de poder. Tais tecnologias referem-se ao conhecimento político, à experiência e à linguagem convencional que, ao fim e ao cabo, nada mais são que, uma tecnologia masculina de poder.

No entanto, quando se trata de organizações sindicais docentes, imagina-se num primeiro momento encontrarmos um quadro diferente quanto à situação das mulheres, já que sua base sindical é majoritariamente feminina. Porém, nosso objetivo neste trabalho será discutir algumas desigualdades de gênero que professoras sindicalistas ainda enfrentam na organização de sua categoria. Para tanto, utilizamos aqui alguns resultados de uma pesquisa de Mestrado¹, cujo principal intenção foi investigar o uso do conceito de gênero em dissertações e teses sobre sindicalismo docente.

A fundamentação teórica quanto ao gênero baseou-se, especialmente, em Scott (1995, p.86) que definiu o conceito como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”.

2. METODOLOGIA

Quanto aos procedimentos metodológicos foi realizado um levantamento das teses e dissertações com resumos publicados no *Banco de Teses CAPES* (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Apoiamo-nos em indícios de que eram poucos os trabalhos que articulam as temáticas em questão (VIANNA, 2001) e optamos em consultar os resumos de todos os anos disponíveis no *Banco* no momento da coleta dos dados (1987-2011). Foram encontradas oito pesquisas que traziam em seus resumos a palavra-chave “gênero” e expressões

¹A pesquisa intitulada “Gênero e sindicalismo docente: uma análise da produção acadêmica na pós-graduação” foi concluída em 2014 e contou com o apoio da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

ligadas à organização do professorado (sindicalismo/sindicato/associação de trabalhadores em educação/associação docente/associação de professores e organização docente), examinadas por meio de análise de conteúdo.

Quadro - Dissertações e teses selecionadas que abordam gênero e sindicalismo de docentes - CAPES - 1987/2011

Autora	Título/Ano	Nível	Instituição/Região
Ruth Bernardes de Sant'ana	Professores de 1º e 2º graus: representação social e mobilização coletiva/1993	M	USP/Sudeste
Fábia Liliã Luciano Carminati	Conflitos e confrontos de mulheres professoras no movimento de greve/1993	M	UFRGS/Sul
Corina Michelin Dotti	Representações de mulheres-professoras: incursões nos espaços público e privado/1994	M	UFRGS/Sul
Margaret Maria Chillemi	Produção de subjetividade, militância e gênero/1997	M	PUC-RS/Sul
Maria de Lourdes Mazza de Farias	Nem rosa, nem azul: relações de gênero na família, na escola e no sindicato/1998	M	UFPR/Sul
Cláudia Pereira Vianna	Os nós do nós: crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo/1999	D	USP/Sudeste
Kátia Pereira Coelho Camargo	Relações sociais de gênero entre mulheres/professoras na Regional de Palmeiras de Goiás e sua repercussão no mundo do trabalho /2007	M	PUC-Goiás/Centro Oeste
Joseane Maria Parice Bufalo	Nem só de salário vivem as docentes de creche: em foco as lutas do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Campinas (STMC-1988-2001)/2009	D	UNICAMP/Sudeste

Fonte: elaboração própria com base no *Banco de Teses – Resumos CAPES* (22/10/12).

3. RESULTADOS

A inclusão do gênero por parte das dissertações e teses analisadas, não raras vezes, resultou na abordagem da temática mulheres docentes e movimento sindical, principalmente da relação estabelecida com instituições desta natureza. Uma das mais importantes constatações ao ler o conjunto de trabalhos talvez seja o fato de que ser maioria nas entidades nem sempre tem garantido a plena igualdade em relação à militância masculina. Passamos a destacar as pesquisas que de algum modo possibilitaram pensar as desigualdades de gênero.

Na tese de Bufalo (2009), a autora observou que o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Campinas (STMC) tem adotado debates sobre as questões de gênero, principalmente quando buscou uma nova forma de se organizar. A opção por uma gestão colegiada, em que há uma coordenação geral de três dirigentes, no lugar de um modelo presidencialista, mantendo vários departamentos com diferentes representações, entre eles o Departamento da Mulher Trabalhadora, teria influenciado uma organização hierárquica menos acirrada e uma participação mais ativa dos sujeitos no movimento sindical. Para a autora, essa organização do STMC, por meio de departamentos “com diferentes representações, expressa uma prática sindical que permite atuar com as diferenças nas relações de gênero e amplia o debate para outros fóruns de discussões, além do próprio STMC” (BUFALO, 2009, p. 107-108). Além do mais, percebeu que a categoria buscava enfrentar as situações discriminatórias, como as que envolviam, por exemplo, as questões de gênero. Porém, ao deter-se nos documentos buscando encontrar registro sobre as relações de gênero naquele sindicato, observou que as mulheres docentes de creche, embora atuassem, e, de forma bastante ativa nas lutas da sua categoria, permaneciam invisíveis nas atas.

Desta forma, constatou-se que as mulheres “tinham uma representação considerável no que se refere ao campo educacional e à trajetória de construção e de participação, solidificando espaços [...] Elas são protagonistas no STMC” (BUFALO, 2009, p. 112), no entanto, nenhum termo feminino correspondente às docentes de creche foi registrado nas atas, pois estavam representadas pelo masculino genérico.

As demandas consideradas de ordem feminina poderão nem sempre figurar entre as questões prioritárias dos sindicatos. As dissertações de Chillemi (1997) e Farias (1998) comentam tal fato. Esta última autora fala acerca da rígida separação do que constituiria, a princípio, o plano do geral e do que é considerado específico, citando o caso da luta das mulheres, por vezes, ter sido acusada de desviar o foco de uma luta chamada geral. Já Chillemi (1997) observou no Sindicato dos trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba (SINTEP/PB) certo descaso com preocupações consideradas femininas, já que o modelo padrão de militante centrava-se nas questões políticas. As mulheres neste caso terminariam por esbarrar “no conflito que se estabelece quando as chamadas especificidades das mulheres competem com as prioridades do sindicato: na guerra entre os gêneros” (p.106). Souza-Lobo (1991, p.133) diria: “a dificuldade fundamental em trazer mulheres para o sindicato é que os problemas das mulheres trabalhadoras não são adequados a nenhum sindicato”.

Outra questão a ser mencionada, trata dos obstáculos que enfrentam as docentes para ocuparem cargos de liderança. Tal debate foi encontrado nos estudos de Camargo (2007), Chillemi (1997) e Farias (1998). As políticas sobre as relações entre os gêneros e as transgressões questionando a hierarquia de poder, segundo Camargo (2007) não garantiu que a direção sindical não fosse ocupada praticamente por homens na ocasião de sua pesquisa. Já Chillemi (1997) revelou uma resistência por parte do público masculino quanto à candidatura das mulheres à presidência do sindicato, constatando uma direção sindical ocupada tão somente por homens até aquele momento. No caso de Farias (1998), a autora concorda em sua investigação que o novo sindicalismo teria incorporado as mulheres nas atividades sindicais, mas não superado a hierarquia construída entre os gêneros na entidade. Embora os movimentos sindicais tenham aderido a discussões acerca das relações de gênero e algumas iniciativas tenham surgido tendo em vista atenuar as desigualdades entre os sexos, para ela, o que se incorporou neste sentido, tem sido insuficiente para desestabilizar as relações hierárquicas de poder estabelecidas entre homens e mulheres. A incorporação feminina, portanto, não haveria terminado com o preconceito contra as mulheres no sindicato, pois foi identificado seu isolamento em momentos de importantes decisões.

Por fim, as dissertações e teses tiveram em comum discutir ou mencionar a prevalência de valores masculinos na instituição sindical, trazendo à tona a necessidade de pensarmos em alternativas de atuação sindicais, como bem diria Dotti em sua dissertação, formas de atuação sindicais “que não se ancoram de forma mimética aos procedimentos construídos pelos homens” (1994, p. 112).

4. CONCLUSÕES

Nas últimas décadas os movimentos sindicais têm demonstrado preocupações e avanços nas discussões acerca das relações de gênero. Inúmeras são as iniciativas que surgiram tencionando atenuar as desigualdades entre os sexos. No entanto, o interesse por estas questões e ações deve continuar na pauta dos sindicatos docentes, pois como vimos ao longo deste texto, não se chegou a

uma total desestabilização das relações hierárquicas de poder estabelecidas entre homens e mulheres.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUFALO, Joseane Maria Parice. **Nem só de salário vivem as docentes de creche:** em foco as lutas do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Campinas (STMC 1988-2001). 2009. 176f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CAMARGO, Kátia Pereira Coelho. **Relações sociais de gênero entre mulheres/professoras na regional de Palmeiras de Goiás e sua repercussão no mundo do trabalho.** 2007. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

CARMINATI, Fábila Liliã Luciano. **Conflitos e confrontos de mulheres professoras no movimento de greve.** 1993. 151f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CASTRO, Mary. Gênero e poder no espaço sindical. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 29-51, 1995.

CHILLEMI, Margaret Maria. **Produção de subjetividade, militância e gênero.** 1997. 159f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CORONEL, Márcia Cristiane Völz Klumb. **Gênero e sindicalismo docente:** uma análise da produção acadêmica na pós-graduação. 2014. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

DOTTI, Corina Michelon. **Representações de mulheres professoras:** incursões nos espaços público e privado. 1994. 143f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FARIAS, Maria de Lourdes Mazza de. **Nem rosa, nem azul:** relações de gênero na família, na escola e no sindicato. 1998. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

HUMPHREY, John. Sindicato; um mundo masculino. **Novos Estudos**, Cebrap, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 47-52, abr. 1983.

SANT'ANA, Ruth Bernardes de. **Professores de 1.º e 2.º Graus:** Representação Social e Mobilização Coletiva. 1993. 186f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos:** trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense/SMC, 1991. 285 p.

VIANNA, Cláudia. **Os nós do "nós":** ação coletiva docente no ensino estadual paulista (1990/1997). 1999. 301f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.